

Muito obrigado pelo convite aos PI. Um cumprimento aos colegas de painel.

Antes de mais, só uma nota de que a minha experiência profissional é na investigação biomédica, quase sempre como bolseiro, enquanto nos últimos 2 anos passei a trabalhar na Agência Nacional para o financiamento da Ciência, a FCT. Porém, continuo como bolseiro, tal como nos 15 anos em que fui investigador.

Desde que trabalho no Estado é que, curiosamente, me tornei sócio dos PI. (ou não tão curioso dada a diferença de sindicalização no Estado vs. Privados, como ainda agora vimos). Nos meus anos como investigador sou capaz de ter interiorizado, como tanto colegas, que tínhamos de ser precários toda a vida. **Este parece-me ser um dos problemas principais da Organização dos trabalhadores precários**, (e que a Rebecca mencionou) **que é cada um de nós reconhecer que há direitos que nos são devidos mas que nos são sistematicamente negados**. E também reconhecermos que não há Profissões nem sectores da Economia que, por alguma característica específica, tenham que se constituir quase exclusivamente por precários. Não, não é por ser bom para os investigadores mudarem de Instituição a cada X anos que isso os obriga a serem precários para sempre. Mudanças de entidade patronal não podem, obviamente, ser impedimento para os trabalhadores serem integrados numa Carreira e nela progredirem.

Isto para dizer que tenho participado no âmbito dos PI na discussão do PREVPAP. Esta sigla quer dizer Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública. **Os PI têm-se empenhado fortemente em influenciar a legislação e a implementação deste Programa**. E é como sócio dos PI que estou aqui hoje para dar algumas sugestões de temas para o debate.

Vou dividir a minha intervenção em 3 partes:

1. Contexto em que surgiram os PI e as principais conquistas até hoje;

2. Organização dos precários no contexto do PREVPAP;
3. A desejável concertação de esforços entre precários e os sindicatos.

1.

Antes de falar dos PI, quero lembrar que vivemos há décadas uma imensa pressão na Europa para o enfraquecimento dos direitos laborais e do poder dos Sindicatos. Para esta plateia, e especialmente depois das palestras da Rebecca e do Richard, não preciso falar sobre as consequências do neoliberalismo, das 3<sup>as</sup> vias que nos quiseram vernder a “ flexi-segurança” ou do colapso da social-democracia, e como, em conjunto, levaram ao aumento generalizado da precariedade. Os precários não têm os mesmos direitos que quem acedeu ao contrato social, mas obviamente não querem que se baixe os direitos para todos. Querem ter a mesma proteção social que é devida a todos os trabalhadores.

**O movimento dos Precários Inflexíveis** existe desde 2007, portanto ainda antes dos PECs de Sócrates, ou da Troika. Contudo, na altura já o nº de trabalhadores de recibos verdes era da ordem do 1 Milhão. Nesse ano aconteceu o primeiro "MayDay", depois "PrecFest", que se associa ao desfile da CGTP do 1º Maio há já dez anos. Tanto os PI como o PrecFest têm o objetivo de conseguir que os precários se identifiquem como tal, e que lutem em comum.

**Uma das principais conquistas a que os PI, já depois de se terem tornado na Associação de Combate à Precariedade, estiveram intimamente ligados** foi a **Lei de combate aos "falsos recibos verdes"** aprovada em 2013 em plena governação PSD-CDS. **Os Precários Inflexíveis contribuíram definitivamente para que a palavra "precário" se generalizasse** na sociedade, e isto muda completamente a percepção dos próprios precários, que se passam a identificar com um Movimento e uma luta comum por direitos que lhes são negados indevidamente.

**Os falsos recibos verdes foram e continuam a ser um autêntico "offshore laboral"**. Milhares e milhares de trabalhadores sem a proteção social devida. Arredados do Estado Social. Mas que entraram definitivamente para a agenda política nessa altura

Esta lei já foi revista este ano para se tornar não apenas de combate aos falsos recibos verdes, **mas sim a todas as formas de trabalho não declarado**. Ou seja, todas as situações em que deveria existir um contrato de trabalho, mas que está dissimulado nas várias modalidades irregulares – além das falsas prestações de serviço, também as falsas bolsas, os falsos estágios ou o trabalho informal. **Foi também clarificado nesta revisão da Lei o papel Ministério Público**, sendo expressamente reconhecida a sua legitimidade em todo o processo, **e a obrigatoriedade de se proceder à devida regularização da carreira contributiva** (um dos factores de maior penalização de muitos precários é exatamente a não contribuição para a Seg. Social em função dos verdadeiros rendimentos).

Tanto a Lei 63/2013 como a 55/2017 resultaram de um largo movimento social – aliás, a Lei de 2013 teve na sua génese uma iniciativa legislativa cidadã – e de muita pressão sobre os Governos, sejam PSD/CDS ou PS, na qual os PI se empenharam fortemente.

Mesmo assim muito há para fazer. Portugal continua a ser dos países com maior taxa de contratos a termo certo de entre os novos contratos celebrados a cada ano, como admitido ainda a semana passada pelo Ministro do Trabalho Vieira da Silva. E um dos principais, se não o principal incumpridor em Portugal tem sido o Estado – isto leva-me ao meu 2º tema.

## 2. Organização para o PREVPAP

Graças aos acordos entre PS e os partidos à sua Esquerda em 2015, o PS incluiu no Programa de Governo um programa de regularização extraordinária de vínculos precários no Estado. Ficámos a saber em janeiro que o nº de trabalhadores do Estado sem contrato a tempo indeterminado são mais de 100,000 - e não foram contabilizados os outsourcings.

Este Universo, apesar da sua dimensão, e mesmo não sendo todos verdadeiros precários não estava de todo organizado. Desde logo, em consequência da pressão que todos os precários têm, pelo facto de poderem perder o seu vínculo a qualquer momento, e em muitos casos nem sequer terem direito a subsídio de desemprego caso percam o seu vínculo (como acontece com bolseiros e falsos recibos verdes). Os Precários do Estado tinham, até há bem pouco tempo, pouca ou nenhuma visibilidade nem organização entre si para que a sua precariedade seja denunciada. (Excetuando talvez os professores do ensino básico, que lutam há décadas anos pela justa integração nos quadros do ME, com o apoio dos Sindicatos)

Visto já se antecipar em 2016 o lançamento do PREVPAP, começaram a surgir grupos de precários de várias áreas, que se vieram juntar aos poucos grupos já organizados antes de 2015. Os PI ajudaram então a promover uma Plataforma que permitisse a junção de esforços de múltiplos grupos, e também para evitar uma separação por profissões, o que não faria sentido. Esta Rede de precários inclui trabalhadores das áreas da Formação Profissional, Segurança Social, Saúde, Educação, Ciência, os Estagiários, entre outras.

A pressão continuada de todos estes grupos tem permitido conquistas em relação às pretensões iniciais do Governo, as quais excluiriã de este Programa muitos grupos de Precários.

Este processo tem mostrado a extrema importância da organização dos trabalhadores precários, incluindo a disponibilidade para testemunharem no Parlamento sobre as suas situações, o que aconteceu tanto em 2013 acerca da lei dos falsos recibos verdes, como agora em 2017 com as audições que tiveram lugar no mês de setembro acerca do PREVPAP.

Mesmo com as alterações positivas introduzidas na Proposta de Lei durante o debate de especialidade, os precários do Estado precisam de se manter organizados, porque é necessário controlar que as Comissões de Avaliação - infelizmente apenas bipartidas, e não paritárias, como seria desejável - aplicam critérios homogéneos, analisam devidamente todos os requerimentos submetidos, e confirmam que os pareceres negativos dos serviços não estão suportados em informações falsas dos dirigentes. Essa vigilância sobre os trabalhos das CAB, e sobre a evolução do Programa, é essencial não só para os cerca de 30,000 casos atualmente em análise, como os que o serão mais adiante, como é o caso da Administração Local.

3. A minha última nota está relacionada com a necessidade de coordenar esforços no sentido dos precários terem espaço dentro dos Sindicatos, e assim unir forças.

Existem vários factores que dificultam a sindicalização dos precários, como:

- vínculos que não são de todo susceptíveis de sindicalização (recibos verdes);
- a tradicional organização dos Sindicatos por actividade, quando os precários muitas vezes oscilam entre sectores de actividade diferente. Mesmo quando têm um contrário precário estável ao longo de vários anos (como eu e os colegas da FCT) não é claro qual é o Sindicato que nos pode eventualmente representar. São os Sindicatos que representam os Técnicos do Estado? São os Sindicatos que têm

núcleos de bolseiros? Ou ainda outros? Não sabemos. <sup>1</sup>

Mesmo que seja desejável e natural que os precários se organizem em grupos muitas vezes informais, e também formais como os PI, é verdade que todos teremos a ganhar se as taxas de sindicalização dos precários (os que podem efetivamente sê-lo de acordo com a legislação) aumentarem significativamente, Aliás, e no mesmo sentido do que foi referido há pouco pelo Henrique, julgamos que os Sindicatos podem e devem explorar vias de admitir precários, incluindo com base no facto de o vínculo existente ser irregular e se estar, para todos os efeitos, perante uma relação de trabalho subordinado. A exclusão dos Precários em relação à sindicalização é mais uma penalização para os próprios, além das que já sofrem por não serem reconhecidos como trabalhadores de plenos direitos.

O caso do PREVPAP é um caso óbvio de necessidade de concertação entre os Sindicatos e as organizações de Precários. O desencontro, ou a falta de trabalho em conjunto entre Sindicatos e grupos de precários em relação ao PREVPAP é um exemplo concreto, flagrante e atual dos problemas que a Rebecca nos descreveu.

As lutas dos precários, para além do seu reconhecimento como trabalhadores que têm vínculos irregulares, são obviamente as mesmas dos restantes trabalhadores: efetiva proteção social – na doença, no desemprego, na reforma – salários dignos, progressões nas carreiras, reforço da contratação coletiva, reversão da facilitação dos despedimentos, e tantas outras. No fundo, reverter tudo o que a pressão neoliberal tem conseguido alcançar, e reforçar aceleradamente o peso do factor trabalho na Economia.

Fico por aqui. Muito obrigado pela oportunidade.

---

<sup>1</sup> Expliquei no final que não se trata aqui de uma atitude de ficar à espera que os Sindicatos venham ter connosco. O grupo de precários da minha Instituição contactou 3 Sindicatos, e apenas 1 deles (que não está associado nem à CGTP nem à UGT) nos respondeu e aceitou reunir connosco.